



Aparecida Jeanne Paz de **MATTOS**¹
UFGD, Brasil.

Adriana Marques de **OLIVEIRA**²
UFGD, Brasil.

Escrevivência do tornar-se professora de Química nas Unidades Prisionais

The experience of becoming a chemistry teacher in prisons

RESUMO

O presente artigo apresenta a uma escrita por meio da escrevivência de uma professora de Química que passa a lecionar em unidade educacional de internação e posteriormente em Unidades Prisionais, relatando experiências que a construiu e (re)construiu tanto como professora quanto como ser humano, ao longo desse percurso. Essa pesquisa é de cunho qualitativa narrativa embasada no conceito de escrevivência de Conceição Evaristo e refere-se a uma escrita em que ela enfatiza as suas vivências, memórias e histórias, narrando suas experiências pessoais e também as coletivas, sendo estas sempre na perspectiva de resistência. Essa pesquisa destaca a legislação que rege o atendimento educacional nas unidades prisionais, na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a importância da formação inicial e continuada dos/as professores/as que atuam nesse ambiente de privação de liberdade, e como um recurso essencial para que o processo de ensinar-aprender-ensinar seja efetivo nesses ambientes.

Palavras-chave: formação de professores, escrevivência, EJA, unidades prisionais, educação prisional.

ABSTRACT

This article presents the writing of a Chemistry teacher who starts teaching in a detention center and later in a prison, recounting experiences that have built and (re)built her both as a teacher and as a human being along the way. This is qualitative narrative research based on Conceição Evaristo's concept of writing and refers to writing in which she emphasizes her experiences, memories and stories, narrating her personal and collective experiences, always from the perspective of resistance. This research highlights the legislation that governs educational assistance in prison units, in the form of Youth and Adult Education (EJA) and the importance of initial and continuing training for teachers who work in this environment of deprivation of liberty, and as an essential resource for the teaching-learning-teaching process to be effective in these environments.

Keywords: teacher training, writing, EJA, prison units, prison education.

Correspondência:

¹jepmattos@gmail.com

²adrianamarques@ugd.edu.br

Recebido em: 15/12/2024

Aprovado em: 26/12/2024



INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo refletir, de forma crítica, sobre a formação, a construção e a constante (re)construção de uma professora de Química que, após iniciar sua trajetória nas Unidades Educacionais de Internação, passa a atuar também em Unidades Prisionais.

Segundo dados do Levantamento de Informações Penitenciárias da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), no primeiro semestre de 2024, no Brasil o número total de custodiados foi de 663.906 (Brasil, 2024). Esse levantamento também destaca o aumento de 25,9% da oferta de atividades educacionais no sistema penitenciário brasileiro.

Contextualizando a função das Unidades Prisionais, que é a reintegração social do indivíduo, ao longo do tempo foram institucionalizadas várias políticas públicas a fim de auxiliar nesse processo, dentre elas se destaca a oferta da escolarização, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O atendimento educacional nas Unidades Prisionais passa ser realizado a partir da promulgação da Lei de Execução Penal, que aconteceu na década de 80, posteriormente houve uma articulação do Ministério da Educação e da Justiça garantindo a implementação desse direito do indivíduo privado de liberdade. Nos dias atuais, a outras normas e legislações, garantem a pessoa privada de liberdade o direito à educação, sendo elas: a Resolução no 03 de 11 de março de 2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça; a Resolução CNE/CEB nº 02 de 19 de maio de 2010 que fixa as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação

para jovens e adultos em situação de privação de liberdade; o Decreto nº 7.626/2011 que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. É preciso lembrar constantemente que essas normas e legislações regem o direito da pessoa privada de liberdade ter acesso à educação, pois muitas vezes esse direito não é respeitado e por outras vezes é tratado como um privilégio a privados de liberdade com bom comportamento.

Os/as professores/as que atuam na EJA enfrentam diversos desafios em sua prática docente, essa modalidade de ensino destina-se ao atendimento de Jovens e Adultos que nunca frequentaram a escola ou a abandonaram ao longo de sua vida. Trabalhar com EJA em Unidades Prisionais caracteriza-se como um desafio ainda maior, devido às regras, as particularidades e especificidades do atendimento educacional em Unidades Prisionais.

Tendo em vista essas particularidades, a formação docente – tanto inicial, durante a graduação, quanto a formação continuada ao longo da carreira – é fundamental para garantir um processo educacional crítico, motivador e libertador, capaz de cumprir o papel a que se destina, contribuindo efetivamente para a reintegração dos indivíduos privados de liberdade. Esse processo formativo precisa ir além da simples transmissão de conteúdos acadêmicos e pedagógicos, sendo essencial que os professores desenvolvam uma compreensão profunda das especificidades do contexto em que atuam, como as condições sociais, psicológicas e emocionais dos privados de liberdade. A criação de um ambiente educacional que respeite a dignidade e os direitos desses indivíduos é crucial para promover a



reflexão, o autoconhecimento e o desenvolvimento de habilidades que possibilitem sua reintegração plena à sociedade.

Nesse viés, esse trabalho de cunho qualitativo narrativo embasado no conceito de escrivência de Conceição Evaristo, busca valorizar as vivências de uma professora que se transforma, se constrói e se reconstrói ao se ensinar e se forma a partir dessas experiências de ensinar e aprender em Unidades Prisionais.

CONHECENDO UM POUCO MAIS SOBRE O ATENDIMENTO NAS UNIDADES PRISIONAIS

O atendimento educacional nas Unidades Prisionais surge na década 80 pautada na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal (LEP) como direito das pessoas privadas de liberdade, a partir de 2005 o país começa uma proposta de articulação através dos Ministérios da Educação e Justiça para implementação do Programa Nacional de Educação para o Sistema Penitenciário (Lasalvia, 2023). Atualmente além da LEP, outras normas, garantem a pessoa privada de liberdade o direito à educação, são elas: a Resolução no 03 de 11 de março de 2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça; a Resolução CNE/CEB nº 02 de 19 de maio de 2010 que fixa as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade; o Decreto nº 7.626/2011 que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.

Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 assegura que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) destina-

se àqueles que não tiveram acesso ou não deram continuidade aos estudos, tanto no ensino fundamental ou no ensino médio, na idade adequada. Segundo José e Leite (2021) a concepção da EJA é promover a formação integral do cidadão e não apenas a alfabetização ou apenas a escolarização, essa modalidade precisa fornecer conhecimentos que preparem para o mundo do trabalho e contribuam para a ressocialização da pessoa privada de liberdade, dessa forma é preciso que os professores e professoras que atuam nessa modalidade de ensino nas Unidades Prisionais compreendam a complexidade e especificidades desse processo.

A EJA é um instrumento para a educação e aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996), dessa maneira essa modalidade deve ser organizada em cursos que considerem as características dos/as estudantes, seus interesses, anseios, perspectivas e condições de vida, promovendo a equidade e inclusão para jovens e adultos em diferentes contextos, como comunidades quilombolas, população indígena, privados de liberdade, entre outros. Dessa forma o(a) professor(a) tem papel essencial de entender e articular os saberes necessários para alcançar os objetivos pretendidos nessa modalidade de educação, conforme argumenta José e Leite (2021, p. 300) “ nesse contexto, é fundamental compreender quais são os aspectos necessários para uma formação docente que possa atender às necessidades e especificidades dos estudantes recolhidos em prisões”.

A formação geral de professores é regida pela LDB nos artigos 61 a 67 e estabelece que a formação de profissionais deve atender aos seguintes princípios: valorização do magistério;



garantia de formação teórica e prática; e estímulo ao contínuo aperfeiçoamento profissional (BRASIL, 1996). Os artigos 63 e 67 referem-se à formação continuada e dizem que as instituições devem oferecer formação continuada (BRASIL, 1996). Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, na Resolução CNE/CP nº 2/2019, dispõem sobre a organização dos cursos de formação inicial, definindo as diretrizes para os cursos de licenciatura e para os programas de formação pedagógica (BRASIL, 2019). O Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/2014, estabelece, na Meta 15, a garantia da formação inicial e continuada de todos os professores, e, na Meta 16, determina a formação, em nível de pós-graduação, de pelo menos 50% dos professores da educação básica, além de assegurar a formação continuada na área de atuação de 100% deles (BRASIL, 2014).

A legislação brasileira estabelece diretrizes que tem a função de garantir a formação inicial e continuada dos/as professores/as da educação básica. No que concerne às especificidades da EJA ofertada nas Unidades Prisionais é preciso compreender que aspectos são necessários para uma formação docente que promova um atendimento dos estudantes privados de liberdade.

Nesse aspecto, José e Leite (2021, p. 40) aponta que:

Em um primeiro momento, cabe destacar que a função do professor que atua em unidades prisionais é construída em contextos histórico-sociais vinculados à classe popular, considerando que o docente atende estudantes da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos. Nesse caso, o educador popular assume um papel de intelectual educador, pois

sua prática se configura pelo teor político-cultural, atribuindo um novo sentido ao trabalho do profissional da educação. (José e Leite, 2021, p. 40)

Cabe a formação, tanto inicial quanto continuada, dos/as professores/as que atuam nas Unidades Prisionais, o despertar para que a educação nesses locais sejam pautadas em contextos histórico, sociais e políticos, assumindo um papel ético, moral, comprometido com as questões sociais e cidadã, tendo o/a professor/a um papel diferente, transformador, libertador e inclusivo, que contribua para reinserção social dos privados de liberdade.

Barbosa (2022) diz que a diversidade que é encontrada entre os estudantes privados de liberdade exigem um trabalho pedagógico que tenha maior interação e sistematização na prática social, e muitas vezes o/a professor/a não está preparado/a para essa diversificação. Desta forma, ao chegar em uma Unidade Prisional se depara com salas multisseriadas, para indivíduos de diferentes faixas etárias, com diversos níveis de escolaridade, origens culturais e socioeconômicas. Essa heterogeneidade requer que o trabalho pedagógico seja ressignificado, para além é necessário considerar as experiências que os/as estudantes trazem de suas vidas, suas perspectivas em relação à educação, necessidades e interesses dos estudantes e principalmente os desafios que são impostos pelo ambiente prisional, que tem regras institucionais bem definidas, nesse ínterim, Barbosa e Santos (2020, p. 89) argumenta:

Assim sendo, cabe salientar que dos professores envolvidos no ensino em ambientes prisionais e de cumprimento de medidas socioeducativas são requeridos



conhecimentos que extrapolam os conhecimentos da docência, pois a frequente tomada de decisões neste âmbito necessita ser embasada nas regras do cárcere. São elas que vão, em grande medida, modular as possibilidades de escuta e informar para o planejamento e o replanejamento docente. (Barbosa e Santos, 2020, p. 89)

A falta de formação de professores/as tanto inicial quanto continuada impacta diretamente no processo de ensino e aprendizagem, é preciso que os/as professores/as sejam capazes de lidar com essa diversidade de forma ética, humanizada e crítica.

Segundo Barbosa e Santos (2020) em todas as licenciaturas, a ética é abordada como aspecto indispensável à formação. E constitui-se como uma das competências que se espera de um profissional de educação. Toda a prática docente requer ações, decisões e atitudes que têm fortes implicações éticas.

Para Freire:

Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nos fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. (1996, p.20)

Na prática docente em Unidades Prisionais carrega diversas especificidades e regras institucionais da segurança pública, porém a ética constitui uma competência essencial, é um ambiente multiprofissional, com agentes das Unidades Prisionais, professores das diversas etapas de ensino, gestão escolar e alunos. A tomada de decisão nesses ambientes, extrapolam os conhecimentos formativos iniciais, aos quais os professores são preparados. Essas decisões são moldadas à partir das regras que o sistema apresenta, e essas ditarão a adaptação do planejamento e replanejamento da prática docente.

PERCURSO METODOLÓGICO

Essa pesquisa é de cunho qualitativo narrativo embasado no conceito de escrevivência cunhado por Conceição Evaristo. O termo escrevivência vem da junção de duas palavras “escrever” e “vivência”, essa escrita se dá a partir de sua experiência do cotidiano, das suas vivências e das emoções envolvidas, segundo Mizuno e Marques-de-Oliveira (2024) traz consigo a intencionalidade política. Em sua escrita, Conceição Evaristo, uma mulher negra, enfatiza as suas vivências, memórias e histórias, narrando suas experiências pessoais e também as coletivas, sendo estas sempre na perspectiva de resistência, representando as lutas e a realidade de sua comunidade.

“A nossa escrevivência não pode ser lida como história para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p.11).

A prática docente pressupõe a constante formação do/a educador/a, para que ele possa



formar os seus estudantes críticos. O/a professor/a precisa entender-se como um sujeito que está em formação e transformação contínua, ambíguo, inconcluso, e que esteja aberto ao diálogo e reflexivo sobre sua própria prática docente.

Segundo Paulo Freire:

Se, na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que o formador é o sujeito em relação a quem me considero o objeto, que ele é o sujeito que me forma e eu, o objeto por ele formado, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos conteúdos-acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto de meu ato formador. É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao for-mar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem forrar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado (Freire, 1996, p.12).

Ao refletir a complexidade do processo de ensinar-aprender, é preciso que o/a professor/a esteja preparado para respeitar os saberes socialmente construídos pelos alunos em sua vivência, a importância da criticidade, do senso estético e ético, que seja um ator político, que tenha metodologia em sua prática, e seja libertário. Para os professores que lecionam em Unidades Prisionais, eles precisam estar mais preparados,

para que consiga estabelecer relações de confiança e empatia com seus estudantes, compreendendo as particularidades de cada um/a e as complexidades do ambiente carcerário. É essencial que seja mediador desse processo e facilite o acesso ao conhecimento e promova a reflexão crítica sobre os componentes curriculares e sobre as suas experiências de vida.

Conceição Evaristo, nos traz a perspectiva de rememorar as experiências de uma professora pesquisadora formada em Química e também uma das autoras desse manuscrito, que passa a atuar em Unidade Educacional de Internação e posteriormente em uma Unidade Prisional e suas angústias, emoções, anseios, perspectivas e na constante construção da sua docência e como as experiências vividas anteriormente, na academia, na docência, na indústria e posteriormente na docência em Educacionais de Internação e em Unidades Prisionais a forma e a transforma tanto como docente quanto ser “humana”. Dessa forma essa escrita se justifica por meio de uma escrevivência estética de um caminhar docente humanizado e ético, conforme delineado no próximo item.

A (RE)CONSTRUÇÃO DA PROFESSORA DE QUÍMICA E DA SER HUMANA

Eu sou licenciada em Química, me formei na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) em 2008, e rememorando as minhas lembranças do tempo de criança, nunca pensei em ser professora, porém sempre foi uma profissão que eu admirei, pensava que era preciso ter amor (hoje sei que é ter compromisso ético com o/a



outro/a, que eu entendia como amor). Me formei e fui ministrar aula. Em sala de aula, aprendi a ser professora, pois isso é algo que a Universidade não nos ensina, e nenhum professor de didática ou estágio consegue nos preparar para a imprevisibilidade de sala de aula.

Aquele fazer estava me transformando, e eu lembrava de uma frase de Paulo Freire que eu tinha lido várias vezes, ela dizia mais ou menos assim, que o professor não percebe que ao ensinar ele também aprende, pois é ensinando que se ensina a ensinar. Eu realmente estava aprendendo a gostar de ensinar, e quando via os estudantes me questionando, querendo mais exercícios, aquilo me dava mais ânimo.

Mas na docência fiquei apenas por dois anos, tive uma proposta em 2009 para ir trabalhar na indústria, fiquei por lá 7 anos, um trabalho solitário, eu e os equipamentos, as amostras e as vidrarias do laboratório. Eu sentia falta da sala de aula, mas não sentia falta das noites mal dormidas corrigindo coisas, ou fazendo “pontinhos” nos Diários de Classe, porque quando eu falo que eu gosto de dar aula, parece que só tem maravilhas, mas tem muito trabalho envolvendo o processo todo.

Logo após voltar da minha licença maternidade, fui demitida, era 2016, e eu decidi ficar naquele ano com o meu pequeno. Em 2017 voltei a docência, mas em outro município, ia e voltava todos os dias, mesmo assim lecionar era prazeroso, era uma escola de periferia, atendia crianças e adolescentes que foram abandonadas ou retiradas de suas famílias, histórias tristes e pesadas, atendia também crianças e adolescentes indígenas, além dos estudantes regiões circunvizinhas da escola, e eu aprendi a olhar

diferente para aqueles estudantes, sem julgamentos, e ajudá-los, mostrando que a educação é o caminho para mudar a sua situação, lembrava outra vez de Paulo Freire e das aulas de Didática com a professora Marisa, estava ressoando o que ela nos falou: “educar é um ato político”, ela parafrazeando Paulo Freire, e também uma leitura que fiz quando ainda era estudante de Química, nessa escrevivência fiquei curiosa e fui pesquisar, e Paulo Freire dizendo assim:

não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre em si mesma e a perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite a neutralidade (Freire, 1995, p. 21).

E eu me sentia feliz em estar seguindo o que eu tinha aprendido dessa grande inspiração, sentia que o meu olhar, o meu “cuidado” pedagógico, as minhas conversas fazia a diferença naquela miscelânea de estudantes. Fiquei lá esse ano, e teria ficado mais um ano, porém por uma questão de legislação eu não pude permanecer. Estava desempregada, mas logo fui chamada para uma entrevista para uma substituição em uma escola de tempo Integral, essa escola tinha os princípios pedagógicos baseados na pedagogia da presença, fui bem na entrevista, pois lembrava das leituras de Paulo Freire, consegui as aulas.

Logo a Diretora me deu o livro Pedagogia da Autonomia, e disse que a leitura era uma das tarefas da minha formação para atuar naquela escola, eu estava muito feliz, eram aulas suficientes para teoria, resolução de exercícios, aulas práticas e reflexões acerca dos conteúdos, e dedicação



exclusiva, desenvolvemos projetos.

Os estudantes aprendiam na prática, tanto os conteúdos dos Componentes Curriculares, quanto habilidades socioemocionais, aprendi e reaprendi muito, foi um ano de muito crescimento como profissional da educação, se eu sempre tive um olhar “amoroso” para com os meus estudantes nesse me desenvolvi mais ainda, consegui terminar o ano na escola, mas o ano acabou e a substituição também 2019 e 2020 fiquei desempregada, eu não gosto nem de lembrar dessa fase.

Mas passou e vamos para o ano 2021, vivíamos a Pandemia de Covid-19, quantas angústias, incertezas, e eu desempregada, a angústia da pandemia se juntava essa, eu mãe solo, meu filho pequeno. Eu que gosto tanto de dar aula de Química, desde que entrei na sala de aula pela primeira vez passei a acreditar que eu sou capaz de fazer os estudantes entenderem esse Componente Curricular que tanto assusta.

Assim ia vivendo, até que recebo uma mensagem de uma colega que e em um aplicativo, que tinha algumas (poucas) aulas em uma escola estadual, me arrumei rapidamente e fui até lá, deu tudo certo, ufaaa, que alívio... No outro dia recebo um telefonema, de um funcionário da Coordenadoria da nossa cidade, me oferecendo 4 aulas em uma Unidade Educacional de Internação, confesso que eu sabia que existia, mas não fazia a mínima ideia que os adolescente de lá, estudavam. Em nenhum momento da minha formação na universidade, soube que internos ou encarcerados estudavam. Obviamente aceitei, a pessoa tentando me convencer a aceitar as aulas, pois eram menores infratores e na minha cabeça eu já tinha aceitado, era o que eu precisava e o que eu queria.

Mas com as falas dele me deu um certo receio, mas fui até a escola para acertar e ter as orientações.

Quando cheguei na escola, eu conhecia o coordenador e ele me instruiu acerca de todas as regras que eu precisava seguir, fui orientada também que naquele momento eu teria que mandar atividades, pois estávamos vivendo no meio da pandemia e as aulas estavam suspensas, isso era abril do referido ano, ficamos enviando atividades até setembro, elas voltavam faltando partes, e nem sempre toda respondida. Eu pouco entendia o porquê, apenas corrigia e atribuía nota.

Aqui abro um parenteses para explicar que na Unidade Educacional de Internação, o atendimento educacional acontecia, através do AJA- Avanço Jovem na Aprendizagem, eu não conhecia tal modalidade de ensino, conhecia somente o EJA, mas ela acontece de forma semelhante, com salas multisseriadas.

Recebemos a notícia que as aulas presenciais voltariam em setembro, me deu um certo receio, teria que seguir à risca todas aquelas informações que eu havia recebido. Na primeira semana de setembro era a minha primeira aula, eu tinha duas aulas de Informática, no ensino fundamental, séries finais, e duas aulas de Química no ensino médio. Preparei minhas atividades, levei impressa, eu precisava diagnosticar o que aqueles alunos tinham aprendido aquele ano todo, lendo os textos que eu enviei e fazendo os exercícios, eu simplesmente não fazia ideia do que eles sabiam de química, mas estava preparada para saber neste dia. Estava apreensiva, eram diversas regras, os alunos não poderiam levar nada para o alojamento, nem papel, nem lápis e nem borracha e muito menos apontador, esse era um material que eu levaria para a sala de aula, mas que só eu



utilizaria. A aula de informática foi tranquila, encontro na sala adolescentes de 13 a 18 anos, eram 10 no total, mas eles foram bem cooperativos e participativos na aula. A apreensão, a ansiedade baixaram um pouco, mas depois do intervalo eu teria duas aulas no ensino médio e claro que eu já havia escutado várias histórias dessa sala, mas fui desarmada.

Encontro na sala 5 adolescentes que tinham entre 16 e 19 anos, não foram tão receptivos comigo, diziam que não gostavam de aprender e só estavam ali, porque eram obrigados, eu expliquei que a educação é transformadora, mas aquele muro que se construiu quando entrei na sala, não caía... Foi difícil, eles foram resistentes e já em minha primeira aula, “sumiu” um papel e eles tentavam jogar psicologicamente comigo, dizendo que eu não havia entregado o papel para aquele aluno. Eu sabia que tinha feito isso, passei a observar tudo, sem perder a cadência do meu planejamento de aula, olho para menino e faço uma pergunta, que ele não consegue responder, pois tem algo em sua máscara...

Ufa! Achei a minha folha, corajosamente, estendo a minha mão em sua direção e peço o papel, resistentemente ele diz que não tem nada e eu continuo com as mãos estendidas, acho que por mais de um minuto, então ele me entrega o papel e me olha com um olhar desafiador, devido o olhar com o olhar de acolhimento. Aqueles meninos queriam chamar a minha atenção, se mostrar forte, mas o que eu percebia, era que eles nunca tinham sido vistos e passei a vê-los. Era uma sala desafiadora, mas eu era acolhimento para eles, enfatizando o quanto um aprendeu de algum conteúdo, ou como sua letra era bonita, ou como desenhava bem, eu procurava uma qualidade em

cada um deles. Rememorando aquele finalzinho de semestre e escrevendo aqui, parece que foi fácil, mas não foi, era desafio atrás de desafio, e não foi só papel que sumiu, mas eu estava conseguindo dar aula de forma mais tranquila, eles já não me testavam tanto. Terminei o ano, não foi fácil, mas sobrevivi, tinha dias que eu não me sentia nenhum pouco preparada para estar ali, naquela sala, presa por um cadeado imenso e correntes grossas, mas a maioria das vezes me sentia como agente transformadora da vida daqueles meninos. O ano acabou, e veio 2022, peguei 20 horas na mesma Unidade Educacional de Internação, era muita coisa, mas eu precisava sustentar meu lar. Eu já estava familiarizada com todas as peculiaridades, então era só esperar para ver quem seriam os meus estudantes. As salas têm capacidade reduzida, e tem sempre poucos estudantes.

Em 2022 tenho aulas somente no Ensino Médio, porém as aulas são de Química e também na Qualificação Profissional, mas as salas são razoavelmente tranquilas, principalmente no período matutino, os meninos participam ativamente da aula, são curiosos.

A maioria dos alunos atendidos nessa unidade, estão evadidos da escola a anos, e voltam a cursar a escola quando são recolhidos, então muitos deles nunca tiveram aula de ciências em escolas regulares. Eles trazem consigo concepções equivocadas acerca da Química, na primeira aula sempre procuro entender essas concepções e reconstruí-las com eles. Sempre pergunto para eles: para você o que é Química e eles me respondem somente com coisas ruins, exemplo: drogas sintéticas é química, porque faz mal, mas drogas que tem um mínimo processamento não é, porque vem da planta e se vem de uma planta é



natural e não faz mal. O ar não é química porque respiramos e ele é essencial para a nossa vida, a água não é química, mas medicamentos controlados são, já um medicamento que usamos constantemente, como dipirona não é. É uma desconstrução realizada aos poucos, de maneira dialogada, levando eles a pensar e levantar hipóteses, trazendo vários exemplos do dia a dia, e essa desconstrução acontece com muita desconfiança, sobre mim, mas eu continuo respeitando o tempo deles, e ela aconteceu em todos os anos que trabalhei lá.

E eu me orgulho muito disso, conseguir fazê-los pensar acerca dos processos simples que acontecem à sua volta, é uma grande conquista. Vamos caminhando aos poucos, conhecendo as transformações químicas e físicas e eles orgulhosos, discutem os conceitos, e eu mais que eles. Chegamos no objeto de conhecimento Tabela Periódica, e construímos colaborativamente, em várias aulas, uma Tabela Periódica com todos os elementos e sua utilização no cotidiano, cada elemento uma descoberta compartilhada entre eles, por vezes olhavam pra mim e contavam com os olhos brilhando, alguma descoberta que acabaram de fazer.

O capricho que fizeram, as cenas daquela construção é algo que tenho guardado em minha memória e em meu coração. Ensinar pra mim é isso, tem que fazer sentido, tem que fazer sentido e conhecer aqueles elementos químicos, questionar o porquê dos símbolos, notar as particularidades, fazer comparações, isso fazia sentido para eles.

Mas tudo isso aconteceu na turma da manhã, mas na turma da tarde, as coisas caminhavam a outros passos, que eram por mim respeitados. Eles

não gostavam de desenhar, não conseguiam trabalhar de forma colaborativa, e seguíamos o conteúdo de forma tradicional, me entristecia com isso, mas todas as tentativas que se afastasse da aula tradicional não surtia efeito, não fazia sentido a eles.

Então eu seguia da forma que mais fazia sentido para eles, e assim correu esse ano, construí uma ponte com eles, nos conectamos pedagogicamente, e isso foi enriquecedor acredito que tanto para mim quanto para eles, confesso que a felicidade toma conta de mim, quando eles são liberados, em meus pensamentos faço uma oração para que o caminho dele nunca mais passe por ali ou por uma penitenciária. O ano de 2022 foi um ano de muita aprendizagem, olhar para esses meninos, conseguir fazê-los despertar para a aprendizagem, mostrar que a educação é um caminho possível, sem julgá-los, eu me sentia satisfeita e com a sensação que eu estava no caminho certo. No começo de 2023 ao retornarmos às aulas, uma ótima notícia, 3 alunos aprovados no vestibular, 1 deles foi aprovado em uma universidade pública e em uma outra privada, boas notas no ENEM. E eu orgulhosa, o sentimento é, eu plantei uma semente ali e ela está florescendo.

Começava em 2023, e eu não pude mais pegar as aulas da Qualificação Profissional, mas fui agraciada com duas novas experiências, lecionar em uma unidade educacional de internação para adolescentes infratoras e também atuar em uma Unidade Prisional, uma penitenciária. Nunca pensei na minha vida em ir até uma penitenciária, e agora iria pelo menos duas vezes por semana.

Não abandono a unidade de internação masculina, tudo acontece ao mesmo tempo, na



verdade são quatro espaços distintos (três trabalhando com privados de liberdade e aquela escola de tempo integral, que eu voltei em 2022), e um fazer pedagógico cravado de respeito pela especificidade de cada canto onde leciono. Isso dá um trabalho e parece que nada vai dar certo, mas com observação e organização (o que para mim é difícil, principalmente devido ao TDAH), mas o compromisso ético que tenho com meus estudantes, sempre falam mais alto.

Mas vamos lá as duas outras experiências novas. Trabalhar com as meninas da Unidade de Educacional de Internação, falo meninas pois foram 3 ao longo do ano, porém uma de cada vez, eu brincava com elas que elas estavam tendo aula “VIP”, pois atender uma aluna por vez era algo que eu nunca imaginei. As aulas eram tranquilas, as meninas também, elas diferente dos meninos não haviam abandonado a escola a muito tempo, elas deixaram de frequentar a escola quando foram apreendidas, ali eu podia entrar com mais profundidade nas reflexões sobre os conceitos de Química, elas tinham domínio da escrita, da leitura e da interpretação.

Duas delas gostavam de estudar e faziam sempre as atividades que eram propostas com alegria e sem dificuldade nenhuma. Já a outra aluna, resistia, dizia que não gostava de estudar, e eu sempre conversava com ela, falando da importância de estudar, mas ela me dizia sempre que gostava era do “fluxo”, eu sorria e dizia que ela era muito inteligente e certamente conseguiria terminar seus estudos.

Havia ali um clima diferente, era muito tranquilo e nada hostil, na unidade masculina havia uma certa hostilidade, acredito que pelo número de internos que era muito maior. Ali mais

uma vez me sentia fazendo parte efetiva da ressocialização delas. Mas as meninas não ficaram tanto tempo, e por isso foram 3 meninas ao longo de 8 meses de aula.

A minha outra nova experiência, é na penitenciária, eram somente 4 aulas, 2 de física e 2 de química, eu estava bem apreensiva, apesar dos colegas me relatarem que lá era muito tranquilo, e que aquela tensão constante que tinha com os menores, lá não tinha. Mas é um espaço novo, uma experiência nova, e eu ainda estava apreensiva.

Lá tinha muito mais regras para ter acesso a escola, que fica no meio do presídio, todas elas são passadas pela coordenadora, nesses espaços temos orientações quanto ao tipo de calçado, o tipo de roupa, o uso de perfumes e maquiagens que devemos ou não usar. Também recebemos orientações de como acessar os espaços, e quais atitudes devemos tomar se acontecer algo que fuja da anormalidade.

Ali naquele espaço um tanto quanto hostil e que eu nunca pensei em entrar, eu encontrei homens, jovens, de meia idade e idosos, sedentos de conhecimentos, respeitosos, eu “via” que a maioria deles tinham uma admiração pela escola e pelos professores, como se fossem seres intocáveis, mas isso não os afastava deles. Talvez aqui eu não esteja conseguindo me expressar muito bem, mas ali experienciei uma sensação como professora que nunca tinha vivido.

As aulas eram sempre de muita troca em relação ao conteúdo e as vivências que esses alunos traziam, a sala tinha cerca de 12 alunos, alguns indígenas, que são mais quietos e retraídos. Certa vez explicando sobre Propriedades Físicas da Matéria, eu dei um citei o ponto de fusão do ferro,



e na sala tinha um aluno que havia trabalhado por anos em uma mineradora e ele ensinou os colegas acerca de todo o processo de extração do ferro, e seu processamento para ser enviado para a indústria. Percebia-se nesse aluno, a felicidade em poder compartilhar seus saberes, e criava-se ali uma atmosfera de troca, se tornou um momento especial, onde eles tiveram a certeza que eu não estava ali para ensinar somente, mas estava ali para aprender com eles.

A partir daquele momento a interação que era boa, ficou maravilhosa. Eram aulas que eu saía de lá realizada, com a sensação de dever cumprido, e toda aula era assim.

Realizamos vários projetos, e eu observando as aulas, consegui detectar que os alunos indígenas, gostavam de desenhar e pintar, então sempre que tinha que fazer cartazes eu pedia para que eles desenvolvessem essa tarefa, e ficava observando, era um trabalho solitário, mas percebia-se a realização em estar fazendo algo que eles gostavam e tinham habilidades, e eles sempre me chamavam e trocavam informações, perguntando o que eu achava de colocar certa cor ali, eu sempre respondia e trocava com eles, mas os deixava à vontade para fazer da forma que mais lhe agradasse. Realizar um projeto onde cada estudante está fazendo algo e que no fim esse trabalho vai gerar um grande resultado, pode causar pânico aos professores, porque é uma miscelânea, várias vezes o ambiente fica conflituoso, mas ali era totalmente o contrário, uma paz, grupos de estudantes fazendo seus trabalhos, os alunos que gostavam de trabalhar sozinhos, assim estavam. E ao terminar, os conhecimentos adquiridos eram compartilhados entre nós.

Não consigo lembrar de um conflito que vivenciei naquela sala de aula, talvez tenha tido algo e eu tenha me esquecido.

Eu ao ir lecionar nesses ambientes de privação de liberdade, tomei como decisão não procurar saber que crimes ou atos infracionais os meus alunos tinham cometido, pois ali sou professora, e não juíza ou advogada, e no mais nada entendo de condenação, remição de pena ou coisas do tipo. E acho que essa foi a decisão mais assertiva que fiz, pois me distanciava do julgamento (mesmo que não verbalizasse) que eu poderia fazer acerca daqueles seres, e isso poderia formar uma barreira entre eu e eles, o que atrapalharia o mais importante, o aprender-ensinar- aprender. Eu não admitiria isso, pois a minha função ali é mediar esse processo de construção de uma aprendizagem significativa, crítica e libertadora.

Eu tenho uma imensa gratidão a essas oportunidades que me foram concedidas, pois elas me transformaram em uma professora melhor e um ser humano muito melhor. Olho para o passado e vejo que a minha sensibilidade e minha construção (pessoal e coletiva) de ética, me fizeram conseguir me reconstruir enquanto professora e ser humano.

Espero ter conseguido expressar toda a minha aprendizagem e a importância de trabalhar nesses ambientes.

CONSIDERAÇÕES NADA FINAIS

Este artigo propôs a reflexão acerca do atendimento educacional em Unidades Prisionais, destacando suas particularidades e desafios. Foram abordadas questões legais que regem esse atendimento, a modalidade de ensino da EJA



ofertada nesses contextos, e a importância da formação docente como uma ferramenta essencial para que o processo de ensinar-aprender-ensinar seja efetivo nesses ambientes.

A formação inicial e continuada dos/as professores/as representa um grande desafio no campo educacional. Os cursos de licenciatura, em sua maioria, oferecem apenas uma preparação básica para o ensino regular, apresentando limitações significativas para formar docentes em contextos específicos, como o da EJA. Esse desafio é ainda mais acentuado quando se trata de preparar professores para atuar em Unidades Prisionais, onde são necessárias abordagens pedagógicas diferenciadas e uma compreensão mais profunda das peculiaridades desses ambientes.

A escrivência de uma professora que, embora não tenha sido preparada em sua formação inicial, mas passa a atuar em uma unidade de internação educacional e posteriormente em uma Unidade Prisional, revela a relevância de práticas pedagógicas baseadas em ações afirmativas, de escuta ativa e de observação atenta dos estudantes. Essas práticas podem fortalecer os objetivos do atendimento educacional em contextos de privação de liberdade.

Por fim, a experiência da professora-pesquisadora evidencia que o trabalho nesses ambientes também promove a autoformação. Esse processo, sempre mediado por reflexões constantes sobre o fazer pedagógico, reforça o caráter contínuo, dinâmico e inacabado da prática docente, contribuindo tanto para o desenvolvimento profissional dessa professora e também para a sua transformação social.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, W. B. Ações de Formação em EJA nas Prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará? **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.38, n.1, p. 179-204, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 10 dez.2024

BARBOSA, A. M. P. Desafios da formação de professores em espaços de privação de liberdade. **Humanidades & Tecnologia (FINOM)**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 335-348, ago./out. 2022. DOI: 10.5281/zenodo.10263561. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10263561>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 dez. 2024.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 dez. 2024.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em:



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 21 dez. 2024.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as diretrizes e bases da educação nacional para instituir a reforma do ensino médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 21 dez. 2024.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada de professores da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 abr. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 21 dez. 2024.

_____. **Senappen divulga levantamento de informações penitenciárias referente ao primeiro semestre de 2024.** Senappen. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-divulga-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referente-ao-primeiro-semester-de-2024>. Acesso em: 26 dez. 2024.

_____. **Ministério da Educação. Portaria n. 447,** de maio de 2017. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica- SAEB. Brasília: MEC/Inep, 2017.

BARBOSA, K. M. A.; SANTOS, S. Discutindo a formação de professores da educação de jovens e

adultos (EJA) para os sistemas prisional e socioeducativo. **Revista Educação e Ciências Sociais**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 84–96, 2020.

Disponível em:

<https://revistas.uneb.br/index.php/cienciassociais/article/view/7782>. Acesso em: 27 dez. 2024.

EVARISTO, C. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo/** organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes; ilustrações Goya Lopes. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios.** São Paulo: Cortez, 1995. Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/politica_educacao.pdf.

Acesso em: 27 dez. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 41ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

JOSÉ, G. O. M.; LEITE, Y. U. F. Formação de professores que atuam na educação de jovens e adultos em espaços de privação de liberdade.

Humanidades & Inovação, Palmas, v. 8, n. 40, p. 421-435, jul. 2021. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5110>. Acesso em: 27

dez. 2024.

LASALVIA, S. R. H. **A Formação continuada**



docente em ambiente prisional: um estudo de caso na Escola Estadual Irmã Dulce. Orientadora: Márcia Regina Barbosa. 2023. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós-graduação em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. 2023.

MIZUNO, R. C. A.; MARQUES-DE-OLIVEIRA, A. **Escrevivências de professoras em formação: um ensaio de devires.** *Ensino & Tecnologia em Revista*, Londrina, v. 8, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/etr/article/view/18928>. Acesso em: 21 dez. 2024.

MORAES, L. F. S.; ONOFRE, E. M. C. Formação continuada de professores para as escolas em unidades de privação de liberdade. **Educação**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. e35/ 1–22, 2021. DOI: 10.5902/1984644461420. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/61420>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SARAIVA, E. S. S.; MATTOS, M. A. S.; ANDREATTA, E. P. Universidade e escola em prisões: diálogos e reflexões da formação em serviço de docentes. **EDUCERE - Revista da Educação da UNIPAR**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 138–156, 2023. DOI: 10.25110/educere.v23i1.2023-008. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/9404>. Acesso em: 10 dez. 2024.

